

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

CONTRATO DE TRABALHO VERDE E AMARELO	19
1. Contrato Verde e Amarelo	19
1.1. Trabalhadores com legislação especial	22
1.2. Limite de contratação de empregados na modalidade Contrato de Trabalho Verde e Amarelo	23
1.3. Direitos dos empregados em Contrato Verde e Amarelo	25
1.4. Prazo de contratação	26
1.5. Pagamentos antecipados ao empregado	28
1.5.1. Efeitos da conversão do Contrato Verde e Amarelo em contrato por prazo indeterminado (art. 8º da Portaria nº 950/2020)	31
1.6. Jornada de trabalho	33
1.7. Seguro por exposição a perigo previsto em lei	34
1.7.1. Contratação de seguro por exposição a perigo previsto em lei	34
1.7.2. Redução do adicional de periculosidade	35
1.8. Benefícios econômicos e de capacitação instituídos pelo Contrato de Trabalho Verde e Amarelo	37
1.9. Término do contrato de trabalho	38
1.10. Quitação de obrigações para reduzir litígios	40
1.11. Infrações à MP do Contrato Verde e Amarelo	41

CAPÍTULO II

PROGRAMA DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO FÍSICA E PROFISSIONAL, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO	43
1. Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho	43
2. Ações do Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho	46

3.	Fontes de receita do Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho.....	49
3.1.	Valores relativos a multas ou penalidades aplicadas em ações civis públicas trabalhistas, TAC`s, termo de compromisso e indenização por danos morais coletivos	49
3.2.	Valores devidos por empresas que descumprirem a reserva de cargos destinada a pessoas com deficiência, inclusive referentes à aplicação de multas.....	52
3.3.	Depósito na Conta Única do Tesouro Nacional.....	52
4.	Conselho do Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho.....	53
5.	Vigência.....	54

CAPÍTULO III

CTPS DIGITAL	57
1. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS	60
2. CTPS Digital.....	61
2.1. Informações obrigatórias na CTPS.....	63
3. Valor das anotações da CTPS.....	64
4. Simplificação do e-social	65
5. Armazenamento de obrigações trabalhistas.....	65
6. Dispositivos revogados	65

CAPÍTULO IV

ANOTAÇÕES NA CTPS.....	67
1. Anotação em CTPS.....	68
2. Anotações gerais e anotações especiais.....	70
3. Anotações sobre a remuneração	71
4. Apresentação da CTPS.....	71
5. Registros eletrônicos equivalentes às anotações.....	71
6. Anotação pelo Auditor Fiscal do Trabalho	72
7. Prazo para acesso às informações de anotação	72
8. Vedação de anotações desabonadoras.....	73
9. Multa por anotação de conduta desabonadora.....	73

CAPÍTULO V

ANOTAÇÕES DA CTPS PELO PODER JUDICIÁRIO	77
1. Reclamações por falta de anotação ou devolução da CTPS do empregado	78
2. Anotação da CTPS determinada pela Secretaria da Vara.....	78

CAPÍTULO VI

MULTAS REFERENTES AO REGISTRO DE EMPREGADOS	81
1. Multa por ausência de registro de empregados.....	81
2. Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados	83

CAPÍTULO VII

RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO PELO AUDITOR FISCAL DO TRABALHO	85
1. Reconhecimento do vínculo de emprego pelos Auditores Fiscais do Trabalho na MP nº 905/2019.....	85

CAPÍTULO VIII

CONTROLE DE PONTO POR EXCEÇÃO	87
1. Limitação da jornada de trabalho	88
2. Do quadro de horário.....	88
3. Do registro de empregados	89
4. Estabelecimentos com mais de 20 empregados	89
5. Controle de jornada pelo empregador doméstico e pelo empregador do motorista profissional.....	91
6. Cartões britânicos	92
7. Cartão de ponto não assinado	93
8. Trabalho fora do estabelecimento (trabalhador externo).....	93
9. Registro de ponto por exceção	95

CAPÍTULO IX

JORNADA DE TRABALHO DO BANCÁRIO	101
1. Jornada de trabalho do bancário antes da MP nº 905/2019	102
2. Nova jornada de trabalho do bancário após a MP nº 905/2019	102
2.1. Direito intertemporal relacionado à jornada do bancário	103
3. Jornada semanal do bancário e trabalho aos sábados	103
4. Afastamento da condição de gerente.....	104
5. Negociação coletiva dos sindicatos dos bancários.....	105

CAPÍTULO X

TRABALHO AOS DOMINGOS E AOS FERIADOS.....	107
1. Trabalho aos domingos e feriados antes da MP nº 905/2019	110
1.1. Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral	110
1.2. Trabalho em domingos e feriados no comércio em geral.....	111

2. Autorização para trabalhos aos domingos e aos feriados na MP nº 905/2019.....	112
3. Descanso semanal remunerado dos telefonistas	113
4. Descanso semanal remunerado das mulheres.....	113
5. Trabalho aos domingos de professores.....	114

CAPÍTULO XI

REGULAMENTAÇÃO DAS GORJETAS PELA MP Nº 905/2019	115
1. Gorjetas	117
2. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos	117
2.1. Promovidas pela Lei nº 13.419/2017	117
2.2. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	118
2.3. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 (“Reforma da Reforma”)	118
2.4. Portaria nº 348/2018.....	119
3. Regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019	119

CAPÍTULO XII

REGULAMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS PELA MP Nº 905/2019	123
1. Prêmios na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	124
1.1. Prêmios na MP nº 808/2017 (Revogada)	124
2. Prêmios na MP nº 905/2019.....	125

CAPÍTULO XIII

ALIMENTAÇÃO NA MP Nº 905/2019.....	127
1. Auxílio-alimentação antes da MP nº 905/2019	129
2. Auxílio-alimentação na MP nº 905/2019	129

CAPÍTULO XIV

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	131
1. Participação nos lucros e nos resultados antes da MP nº 905/2019	133
2. PLR na MP nº 905/2019	135
2.1. Periodicidade da PLR.....	136
2.2. Emprego hipersuficiente	137

CAPÍTULO XV

SEGURO DESEMPREGO	139
1. Seguro-desemprego.....	141
2. Seguro-desemprego na MP nº 905/2019	142
3. Pagamento do abono salarial na MP nº 905/2019	143

CAPÍTULO XVI

ACIDENTE DE TRAJETO	145
1. Acidente de trabalho	146
1.1. Acidente de trabalho típico	147
1.2. Acidente de trabalho equiparado.....	147
1.2.1. Acidente de trajeto	148
2. Acidente de trajeto na MP nº 905/2019	148

CAPÍTULO XVII

FIM DA INSPEÇÃO PRÉVIA	151
1. Inspeção prévia	151
2. Revogação da Norma Regulamentadora nº 2 do antigo Ministério do Trabalho	152
3. Revogação do art. 160 da CLT pela MP nº 905/2019	152

CAPÍTULO XVIII

EMBARGO E INTERDIÇÃO.....	155
1. Regulamentação da interdição e do embargo antes da MP nº 905/2019.....	156
2. Embargo e interdição na MP nº 905/2019	157

CAPÍTULO XIX

UNIFORMIZAÇÃO DAS MULTAS ADMINISTRATIVAS APLICADAS PELA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO	159
1. Uniformização das multas administrativas aplicadas pela fiscalização do trabalho (MP nº 905/2019).....	164
2. Regras especiais de aplicação de multas na Lei do FGTS	168

CAPÍTULO XX

FISCALIZAÇÃO DAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	171
1. Fiscalização das normas de proteção ao trabalho.....	171

2. Auditor-fiscal do trabalho	172
2.1. Exclusividade na fiscalização.....	174
3. Inspeção do local de trabalho doméstico.....	174

CAPÍTULO XXI

CRITÉRIO DA DUPLA VISITA	177
1. Dupla visita: conceito	178
2. Hipóteses de dupla visita.....	179
2.1. Promulgação ou expedição de novas leis, regulamentos ou instruções ministeriais.....	179
2.2. Primeira inspeção em estabelecimentos ou locais de trabalho recentemente inaugurados.....	180
2.3. Microempresa, empresa de pequeno porte e estabelecimento ou local de trabalho com até 20 trabalhadores	180
2.4. Infrações aos preceitos legais ou regulamentadores sobre segurança e saúde do trabalhador de gradação leve.....	182
2.5. Visitas técnicas de instrução previamente agendadas com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.	182
3. Não aplicação da dupla visita.....	183
4. Auto de infração.....	183
5. Inobservância do critério de dupla visita.....	183

CAPÍTULO XXII

PROCEDIMENTO ESPECIAL PARA AÇÃO FISCAL	187
1. Procedimento especial para a ação fiscal	187
2. Regulamento da Inspeção do Trabalho (Decreto nº 4.552/02) e Instrução Normativa nº 133/2017 do Ministério do Trabalho	188
3. Termo de compromisso	190
3.1. Eficácia de título executivo extrajudicial	190
3.2. Prazo e valores do termo de compromisso	191
4. Termo de ajustamento de conduta	192
4.1. Inconstitucionalidade do dispositivo	192
4.2. Prazo de validade do Termo de ajustamento de conduta	193
4.3. Multas do termo de ajustamento de conduta.....	194
4.4. Formalização do TAC, do termo de compromisso e autuações simultâneas.....	194

CAPÍTULO XXIII

AÇÕES DE INSPEÇÃO DO TRABALHO.....	197
1. Inspeção do trabalho	197
2. Ações coletivas de prevenção	198

CAPÍTULO XXIV

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA	201
1. Lavratura do auto de infração	201
2. Falta grave	202

CAPÍTULO XXV

DOMICÍLIO ELETRÔNICO TRABALHISTA.....	205
1. Domicílio.....	206
2. Domicílio eletrônico.....	207

CAPÍTULO XXVI

AUTO DE INFRAÇÃO.....	209
1. Requisitos do auto de infração	210

CAPÍTULO XXVII

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS À INSPEÇÃO	213
1. Auditor-fiscal do trabalho e carteira de identidade funcional	214
2. Livre acesso.....	214
3. Documentos sujeitos à inspeção	214
4. Base de dados	215
5. Autoridades policiais	215

CAPÍTULO XXVIII

COMUNICAÇÃO DE INFRAÇÕES	217
1. Denúncia	217

CAPÍTULO XXIX

DEFESA NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.....	219
1. Defesa no processo administrativo	219

CAPÍTULO XXX

IMPOSIÇÃO DE MULTAS	223
1. Agente competente para imposição de multas.....	223
2. Desterritorialização.....	224
3. Distribuição aleatória.....	224
4. Vigência.....	225
5. Responsabilidade penal.....	225

CAPÍTULO XXXI

RECURSO ADMINISTRATIVO.....	227
1. Recurso das decisões	227
2. Autoridade julgadora.....	228
3. Princípios aplicados na decisão	228
4. Conselho Recursal.....	230
5. Recurso administrativo: prazo para interposição	233
5.1. Termo inicial do prazo recursal.....	233
6. Depósito da multa para interposição do recurso.....	233
7. Efeitos recursais	235
8. Procedimento recursal	235
9. Cobrança da multa.....	236
10. Fluxograma do processo administrativo para aplicação da multa.....	237

CAPÍTULO XXXII

CONSELHO RECURSAL PARITÁRIO	239
1. Conselho Recursal Paritário	239

CAPÍTULO XXXIII

DEFINITIVIDADE DAS DECISÕES	241
1. Avocação pelo Ministério do Trabalho.....	241
2. Definitividade das decisões.....	241

CAPÍTULO XXXIV

INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO E EXECUÇÃO FISCAL	243
1. Inscrição em Dívida Ativa da União.....	243
2. Execução fiscal.....	244

CAPÍTULO XXXV

PENALIDADES PELA NÃO READMISSÃO OU REINTEGRAÇÃO DE EMPREGADO.....	247
1. Inconstitucionalidade do dispositivo.....	247
2. Ato atentatório à dignidade da justiça.....	248
3. Multa para efetivação da obrigação de fazer.....	249
4. Revogação dos parágrafos 1º e 2º.....	250

CAPÍTULO XXXVI

MULTA APLICADA À TESTEMUNHA AUSENTE	253
1. Inconstitucionalidade do dispositivo.....	253
2. Multa aplicada à testemunha ausente.....	253
3. Multa por falso testemunho.....	254

CAPÍTULO XXXVII

APLICAÇÃO DE MULTAS DO TÍTULO VIII DA CLT	257
1. Aplicação de multas às infrações do título VIII da CLT	257

CAPÍTULO XXXVIII

EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS DEPÓSITOS DO FGTS.....	259
1. Multa sobre os depósitos do FGTS.....	259
2. Contribuição social sobre os depósitos do FGTS.....	260

CAPÍTULO XXXIX

DESNECESSIDADE DE REGISTRO PARA EXERCÍCIO DE PROFISSÕES	263
1. Desnecessidade de registro para o exercício de profissões.....	263

CAPÍTULO XL

CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS TRABALHISTAS	265
1. Generalidades.....	265
2. Correção monetária.....	266
3. Termo inicial.....	268
4. Correção monetária dos débitos dos trabalhadores	270

CAPÍTULO XLI

JUROS DOS DÉBITOS TRABALHISTAS	271
1. Índice aplicável.....	272
2. Termo inicial.....	273

CAPÍTULO XLII

DIREITO INTERTEMPORAL	275
1. Aplicação e vigência da MP nº 905/2019.....	275
2. Vigência dos novos dispositivos.....	276

CAPÍTULO XLIII

DECISÕES DO STF EM CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE SOBRE A REFORMA TRABALHISTA.....	279
1. Introdução.....	279
2. Terceirização das atividades-fim da empresa contratante	280
2.1. Súmula nº 331 do TST.....	281
2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	282
2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	284
2.4. Julgamento do STF e a terceirização nas atividades-fim	285
3. Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres.....	286
4. Contribuição Sindical	289
4.1. Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo	290
4.2. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?	291
4.3. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da nova regulamentação da contribuição sindical	295
4.3.1. Aspectos processuais.....	296
4.4. Contribuição sindical rural e a MP nº 905/2019	297
BIBLIOGRAFIA.....	299